


Apresentação do Dossiê: Racionalidade Neoliberal e Processos de Subjetivação Contemporâneos

Dossier Presentation: Neoliberal Rationality and Contemporary Processes of Subjectivation

*Elton Corbanezi¹ 

*José Miguel Rasia² 

Resumo

Neste dossiê, reunimos estudos teóricos e empíricos sobre racionalidade neoliberal e processos de subjetivação atuais. Para apresentá-lo, discutiremos inicialmente a respeito da ascensão do termo “neoliberalismo” e destacamos as formas predominantes de sua análise crítica (abordagens economicistas, neomarxistas, bourdieusianas e os chamados estudos da governamentalidade). Em seguida, lançando mão especialmente dos estudos da governamentalidade, apresentamos a origem intelectual do neoliberalismo e sua concretização histórica, para então evidenciar como ele se tornou uma racionalidade que institui processos de subjetivação específicos. Nesse sentido, procuramos sublinhar a tese de que a competição e o desempenho, próprios da subjetivação contemporânea baseada no modelo empresarial, atuam como norma global em diferentes esferas, desde Estados até subjetividades. Por fim, apresentamos as contribuições de pesquisadores brasileiros e do exterior selecionadas para o dossiê.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Racionalidade neoliberal. Processos de subjetivação.

Abstract

In this dossier, we gather theoretical and empirical studies on neoliberal rationality and current processes of subjectivation. To introduce it, we initially discuss the rise of the term “neoliberalism” and highlight the predominant forms of its critical analysis (economicist, neomarxist and bourdieusian approaches and the studies of governmentality). Then, mainly through studies of governmentality, we present the intellectual origin of neoliberalism and its historical concretization, to show how it became a rationality that establishes specific processes of subjectivation. In this sense, we underline the thesis that competition and performance,

¹ Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/ICHS/UFMT, Cuiabá, MT, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2802-7259>.

² Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PGSOCIO/UFPR, Curitiba, PR, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7600-8250>.

typical of contemporary subjectivation based on the enterprise model, constitute a global norm in different spheres, from states to subjectivities. Finally, we present the contributions of Brazilian and foreign researchers selected for the dossier.

Keywords: Neoliberalism. Neoliberal rationality. Processes of subjectivation.

Introdução

O propósito deste dossiê consiste em reunir estudos teóricos e empíricos sobre as relações entre neoliberalismo e subjetividade nas sociedades contemporâneas, mais precisamente, entre racionalidade neoliberal e processos de subjetivação atuais³. Seu contexto de organização – a pandemia causada pelo novo coronavírus em 2020 – constitui um momento fértil, como toda crise o é para a sociologia, para refletir sobre o esgotamento, ou não, de um determinado modo de vida predominante nas sociedades liberais ocidentais. De súbito, a humanidade percebeu-se desafiada por uma guerra biológica que coloca à prova – ou, pelo menos, em questão – também o modo de organização social. Palavras como “solidariedade” e “proteção social” entraram na ordem do dia, parecendo substituir, ainda que temporariamente, o “individualismo” e seus atributos atuais como “responsabilidade”, “velocidade”, “sucesso”, “produtividade”, “competência”, “motivação”, entre outros do léxico neoliberal. O mundo rapidamente tornou-se um laboratório a céu aberto não apenas, portanto, a cientistas naturais (médicos, epidemiologistas, virologistas, biólogos, físicos, matemáticos, entre outros), mas para cientistas sociais, filósofos, historiadores e todos aqueles comprometidos com a reflexão sistemática sobre a sociedade. Em torno do vírus, percebemos, assim, a dimensão efetiva de um ensinamento elementar, segundo o qual, para Bruno Latour (1994), “jamais fomos modernos”: a transdisciplinaridade reticular do real, em que saúde, economia, política, ciência, esporte, cultura, relações sociais, meio ambiente, tudo emerge de maneira complexa e profundamente imbricada, negando, uma vez mais, a “constituição” moderna, cuja premissa teórica, ao contrário da prática, reside na diferenciação e purificação dos mundos natural, social, político. De repente, sob a virulência do microorganismo, a sociedade *non-stop* – conforme a expressão percuciente de Jonathan Crary (2016), utilizada em seu *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono* – parou. “O que estamos fazendo de nós mesmos hoje?” “Quem somos nós neste momento preciso da história?”. Tais questões, que remetem à conhecida “ontologia do presente” foucaultiana⁴ – tarefa constitutiva e indispensável da sociologia –, encontraram, em meio à quarentena, um momento crítico e profícuo para reflexão⁵. Com efeito, trata-se de uma questão vital: em que mundo vivemos?

³ O presente dossiê é um desdobramento da Mesa Redonda “Razão neoliberal e processos de subjetivação na sociedade contemporânea”, que teve lugar no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia e cujos expositores e debatedores foram José Miguel Rasia, Sandra Caponi e Elton Corbanezi. O evento aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, entre os dias 9 e 12 de julho de 2019.

⁴ Ver, por exemplo, Foucault (1994a, 1994b).

⁵ A relação de intelectuais que apresentaram reflexões sobre a pandemia e suas múltiplas implicações é extensa. Entre tantos, podemos mencionar Achille Mbembe, Alain Badiou, Antonio Negri, Boaventura de Sousa Santos, Bruno Latour, Byung-Chul Han, David Harvey, Domenico De Masi, Eduardo Viveiros de Castro, Elias Jabbour, Giorgio Agamben, Jacques Rancière, Judith Butler, Maurizio Lazzarato e Slavoj Žižek. Na abertura deste dossiê, a contribuição inédita de Christian Laval coloca em questão a subjetivação neoliberal e a crise dos imaginários dominantes no contexto da pandemia de Covid-19.

É a essa questão fundamental que os textos reunidos no dossiê procuram direta ou indiretamente responder. Nesta apresentação, voltados igualmente ao tema, discorreremos sobre a ascensão do termo “neoliberalismo” como uma forma de compreender as sociedades contemporâneas e expomos as abordagens predominantes que constituem uma cultura crítica em torno do conceito. Em seguida, após apresentar brevemente a proveniência intelectual, a ascensão e as características gerais do neoliberalismo, mostramos, mediante seu princípio da competição e do desempenho, como ele pôde se constituir lentamente como uma racionalidade que produz subjetivações específicas. Por fim, apresentamos resumidamente as contribuições selecionadas para o dossiê.

O Conceito “Neoliberalismo” e as Formas Predominantes de Análise Crítica

Como sabemos, diferentes são as maneiras de se nomear e, assim, de se compreender as sociedades atuais. Sociedade “pós-industrial”, “do espetáculo”, “do desempenho”, “de controle”, “informacional”, “em rede”, “pós-disciplinar”, “pós-fordista”, “pós-humana”, “pós-colonial”, “pós-antropoceno”, “pós-moderna”, assim como “capitalismo cognitivo”, “economia imaterial”, modernidade “líquida”, “tardia”, “radicalizada” e “reflexiva” constituem parte da nomenclatura especializada forjada por diversos intelectuais. Outra maneira pouco específica de denominação reside no uso, especializado ou não, do termo genérico “neoliberalismo” e, até mesmo, “pós-neoliberalismo”, em seus variados significados (cf. BRAND; SEKLER, 2009; PECK; THEODORE; BRENNER, 2012; SADER; GENTILI, 1995). Para críticos do conceito, “neoliberalismo” apresenta-se como uma noção vaga, imprecisa, uma espécie de *fourre-tout*, que captura e envolve tudo, sem, porém, discernir e precisar o que compõe esse todo. De tal perspectiva, o conceito constituiria uma forma pouco acurada de apreender a complexidade e a singularidade de formações histórico-sociais díspares, cujas particularidades empíricas não são homólogas e, portanto, impedem uma classificação genérica. Todavia, é especialmente entre críticos da formação social predominante nos países do mundo ocidental que o termo neoliberalismo é frequentemente mobilizado como categoria analítica. Daí não decorre o consenso: a controvérsia, própria – embora não exclusiva – da natureza discursiva das ciências sociais, como as define, por exemplo, o sociólogo Jeffrey Alexander (1987), evidencia-se também aqui. Estudiosos críticos concordam amplamente, contudo, com o fato de que o termo neoliberalismo é polissêmico, nebuloso, indefinido, polêmico. Nos termos de Brenner, Peck e Theodore (2010, p. 184), tríade de especialistas sobre o tema, trata-se de um conceito maroto (*a rascal concept*), “promiscuamente dominante, mas inconsistentemente definido, empiricamente impreciso e frequentemente contestado”.

Em sua conotação crítica, a ascendência do termo ocorre sobretudo a partir dos anos 1990, para referir-se às transformações políticas, econômicas e sociais iniciadas nos anos 1970 e 1980, quando da “virada neoliberal” (*neoliberal turn*) levada a cabo por governos com sistemas políticos diversos e em diferentes localidades do globo – a Primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido, o Presidente da República Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos e, antes, a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile. A proeminência da terminologia se dá, de um lado, por razões políticas de ativistas e militantes – como se evidencia, por exemplo, mediante o altermundialismo e suas reivindicações por

“outra mundialização” com base na justiça social –, e, de outro, em virtude da qualificação do debate acadêmico. Contribuíram, para tanto, como uma espécie de matriz da análise crítica sobre o neoliberalismo, o alcance de estudos e intervenções tão diversos quanto profícuos como os de Pierre Bourdieu e de David Harvey, bem como a publicação póstuma, em 2004, de *Nascimento da biopolítica*, curso realizado entre 1978 e 1979 no Collège de France, em que Michel Foucault analisa a refundação programática do liberalismo a partir do ordoliberalismo alemão e do neoliberalismo norte-americano. O debate a respeito do neoliberalismo como objeto de análise e diagnóstico da sociedade contemporânea se intensificou posteriormente com a crise financeira de 2008, momento em que a discussão se volta à sua capacidade, ou não, de sobrevivência e de fortalecimento, como se vê nas análises de Pierre Dardot e Christian Laval (2014, 2016)⁶, Peck, Theodore, Brenner (2012), Loïc Wacquant (2012), Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014), entre outros. Nesse sentido, considerando que, para muitos, a atual pandemia de Covid-19 já instaura uma crise global ainda mais intensa e duradoura do que a de 2008, e não exclusivamente econômica, tudo indica a emergência de novas análises sistemáticas a respeito das reconfigurações políticas, econômicas e sociais no mundo contemporâneo.

É verdade que os estudos críticos sobre neoliberalismo podem ser classificados de diferentes maneiras. Uma divisão elementar e profícua é a que o concebe em termos de “essência” ou de realidades efetivas⁷. Se, no primeiro caso, analisa-se o “neoliberalismo” como forma única ou mimética, no segundo, trata-se de chamar a atenção para os neoliberalismos realmente existentes em suas configurações empíricas específicas (*actually existent neoliberalism*). O sociólogo Brenner e seus colaboradores, por exemplo, para sustentar a noção neorregulacionista de que os processos – no plural – de neoliberalização ocorrem de forma híbrida, desigual e incompleta em diferentes paisagens locais e institucionais, subdividem as análises em três categorias amplas (BRENNER; PECK; THEODORE, 2010). A primeira é a que os autores designam, com base na literatura especializada, como “variedades de capitalismo”. Trata-se de uma forma de abordagem essencialista, segundo a qual o neoliberalismo se reproduz mimetizando basicamente dois modelos típico-ideais, a

⁶ Em *A nova razão do mundo*, ver especialmente o prefácio à edição inglesa [2014] e à brasileira [2016], em que os autores explicitam a relação do livro com a crise de 2008. O livro de Dardot e de Laval constitui uma referência central para este dossiê.

⁷ De tal classificação, podem-se desdobrar subdivisões, em que se enquadram, como “essência”, abordagens foucaultianas, marxistas, bourdieusianas e weberianas e, como realidades empíricas diversas, análises pós-colonialistas, do hibridismo governamental e neorregulacionistas. A esse respeito, ver Andrade (2019), que estabelece tal ramificação e grafa – com razão, a nosso ver – o termo essência entre aspas, de modo a relativizá-lo. De fato, o hibridismo governamental (forma não essencialista de abordagem) constitui, por exemplo, um desdobramento dos estudos da governamentalidade, cuja base conceitual reside na análise foucaultiana das tecnologias de poder. É plausível que o neoliberalismo figure no estudo foucaultiano como uma “essência”, se concebido como uma forma de racionalidade política específica (em relação a outras racionalidades) e global (em termos de extensão). Contudo, o próprio método genealógico de Foucault, empregado para compreender também a *proveniência* e a *emergência* dos neoliberalismos, se apresenta, por definição, como fundamentalmente antiessencialista. Tal posicionamento metodológico se evidencia, por exemplo, tanto na hipótese de recusa dos universais, apresentada no início de *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008, p. 4-6), quanto na discussão em torno dos conceitos nietzscheanos de *Ursprung* (“origem” vinculada às ideias de essência e de metafísica) e *Herkunft* (“proveniência” associada às noções de diferença e de multiplicidade) (FOUCAULT, 1979). Mostrando os limites da interpretação marxista do neoliberalismo, Dardot e Laval (2016, p. 8, 26) observam, nesse sentido, como a análise da “governamentalidade neoliberal” se situa em perspectiva diversa do “essencialismo” da concepção marxista, não obstante o reconhecimento do “caráter sistêmico do dispositivo neoliberal”.

saber, o modelo alemão de economias de mercado coordenadas (ou economia social de mercado) e o modelo norte-americano de economia liberal de mercado. Outra forma de abordagem é a histórico-materialista, para a qual as particularidades locais são submetidas estruturalmente a sistemas-mundiais globalizantes. Nessa outra forma igualmente “essencialista”, procura-se evidenciar uma “infraestrutura mundial de formas institucionais neoliberalizadas” (BRENNER; PECK; THEODORE, 2010, p. 192), sob a égide de instituições econômicas mundiais como FMI, OMC e Banco Mundial. Dessa perspectiva, o neoliberalismo constitui um desdobramento e uma força próprios do capitalismo moderno. O modelo de análise tanto da primeira quanto da segunda forma de abordagem impediria, argumentam os autores, a compreensão de singularidades contextuais desigualmente desenvolvidas. O terceiro tipo de abordagem, fundamentalmente antiessencialista, são os chamados “estudos da governamentalidade” – um desdobramento bastante heterogêneo das análises foucaultianas sobre tecnologias de governo –, cuja característica central, por sua vez, reside no destaque às especificidades dos neoliberalismos realmente existentes, o que significa a recusa de qualquer predefinição universalista e estrutural do neoliberalismo. O exemplo privilegiado, nesse caso, são os estudos da antropóloga malasiana Aihwa Ong (2006, 2007) a respeito da singularidade do neoliberalismo em países asiáticos. Aqui, a particularidade dos conjuntos (*assemblage*) adquire estatuto tão radical que constitui, da perspectiva dos autores, uma outra forma de essencialização e de ontologização – a saber, da diferença, da mutabilidade e da contingência –, que prescindem de qualquer modelo prévio. O problema de tal abordagem, argumentam os neorregulacionistas, reside na desconsideração do contexto (mais amplo) do contexto (específico).

O sociólogo Lóïc Wacquant, por sua vez, para apresentar sua concepção bourdieusiana de neoliberalismo, contrapõe dois tipos hegemônicos de análise: as abordagens econômicas (variantes neoclássicas e neomarxistas) e as dos estudos da governamentalidade. Se, para o primeiro modelo, especialmente no campo marxista – em que figuram autores como David Harvey (2008), Perry Anderson (1995), Gérard Duménil e Dominique Lévy (2000, 2014) –, a análise se volta ao “domínio de mercado” sobre o Estado e a sociedade (privatização, desregulamentação, financeirização, políticas de austeridade, acumulação por espoliação), para o segundo, em contraposição à perspectiva economicista, os neoliberalismos se constituem de tecnologias e de estratégias diversas e heterogêneas cujo efeito, não subsumido a um interesse específico de classe, consiste em modular e sujeitar indivíduos e populações a normas específicas. Daí a ênfase da segunda nas configurações que adquirem o corpo, a família, a sexualidade, a subjetividade, o espaço urbano, as profissões e assim por diante.

A “antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente” proposta por Wacquant se apresenta como uma “via média”, uma “sociologia densa” (pois centrada no Estado), que, segundo o autor, pretende superar a ambivalência dos modelos de análise predominantes fazendo relacionar Estado, mercado e cidadania; trata-se de evidenciar o aparelhamento do primeiro para imposição do segundo ao terceiro elemento da equação. Para o sociólogo, ambos os modelos de análise confrontados fracassam ao não capturar o que há de “neo” (novo) no neoliberalismo: “a reengenharia e a reestruturação do Estado como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante [grifos do autor]”

(WACQUANT, 2012, p. 507). O espírito bourdieusiano de tal enunciado é inequívoco, se considerada a tese do coordenador de *A miséria do mundo* segundo a qual o neoliberalismo é uma *construção política* forjada no âmbito tanto científico – como se depreende da formulação de economistas que lançam mão de linguagem técnica para justificar “cientificamente” o projeto, isto é, para tornar a ficção dos mercados real e relevante⁸ – quanto econômico, como se percebe, por exemplo, mediante o estatuto da precariedade, que, segundo Bourdieu, em vez de fatalidade econômica, consiste em vontade e estratégia políticas para alçar todos à competição generalizada e globalizada⁹. É com base na releitura de Bourdieu que Wacquant sustenta, assim, que o neoliberalismo consiste em uma espécie de reengenharia social e estatal, em uma inclinação à direita do campo burocrático, em que a sacralização do mercado e da liberdade constitui privilégio exclusivo dos que estão no topo da pirâmide social, ao passo que, àqueles que estão na base da estratificação social, destina-se o paternalismo punitivista (inchaço das instituições penais e do encarceramento; condicionamento, disciplinarização e moralização da assistência social; ocupação em trabalhos precários e assim por diante). Segundo Wacquant, a novidade do neoliberalismo (que as análises predominantes, a seus olhos, deixam escapar) é que, em vez de um Estado mínimo, como defendido pelo *laissez-faire* do liberalismo econômico clássico, assiste-se à constituição do Estado forte, de um Estado-centauro, conforme sua conceituação.

Original em suas especificidades, a tese sustentada pelo sociólogo francês é também inequívoca, diferentemente, porém, da generalização a respeito das outras abordagens¹⁰. Desde a constituição do ordoliberalismo alemão e seu “quadro institucional” político e jurídico (FOUCAULT, 2008), passando pelo legado de F. Hayek¹¹ de M. Friedman (cf. próprio WACQUANT, 2012, p. 510, nota 11), bem como por análises marxistas (ANDERSON, 1995, p. 10; HARVEY, 2008, p. 12), da governamentalidade (BROWN, 2005, p. 41-42, 2019, p. 31-32; DARDOT; LAVAL, 2016; LEMKE, 2001, p. 193) e neorregulacionistas (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 68), destaca-se que o funcionamento eficiente da economia de mercado depende de um “Estado liberal forte”,

⁸ A esse respeito, ver “Le néo-libéralisme, utopie (en voie de réalisation) d'une exploitation sans limites”, em que Bourdieu (1998) mostra como o discurso econômico se constitui como um “discurso forte” – à maneira do discurso psiquiátrico no asilo, segundo Goffman (2007) –, que converte o programa científico de conhecimento em programa político de ação. O sociólogo procura evidenciar, assim, como os economistas – e os “pensadores” neoliberais, conforme sua sinalização gráfica depreciativa (BOURDIEU, 1998, p. 119) – oferecem contribuição decisiva à realização neoliberal em termos matemáticos e lógicos distantes da realidade do mundo social e econômico propriamente dito.

⁹ Em “La precarité est aujourd’hui partout”, reunido também em *Contre-feux*, Bourdieu (1998) suspeita que a precariedade, difusa na sociedade já nos anos 1990 – setor privado, público, empresas industriais, instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, mídia etc. –, constitui não o produto de uma fatalidade econômica, identificada à mundialização, mas o efeito de uma vontade política. Trata-se de um novo tipo de dominação que instaura uma verdadeira luta de todos contra todos com base no medo e na insegurança generalizados do desemprego, desconstruindo assim laços sociais de solidariedade e de resistência mesmo entre trabalhadores.

¹⁰ Como se nota, por exemplo, na seguinte passagem: “Como resultado dessa inclinação ‘direitizante’ [do campo burocrático], o Leviatã neoliberal não se parece nem com o Estado minimalista do liberalismo do século XIX, nem com o Estado evanescente igualmente lamentado pelos críticos econômicos e da governamentalidade do neoliberalismo, mas sim com um Estado-centauro, que exhibe rostos opostos nos dois extremos da estrutura de classes: ele é edificante e ‘libertador’ no topo [...]; mas é penalizador e restritivo na base [...]” (WACQUANT, 2012, p. 512).

¹¹ Por exemplo, em capítulo dedicado a Hayek, significativamente intitulado “Estado forte, guardião do direito privado”, lemos a seguinte conclusão de Dardot e Laval (2016, p. 185): “Seguramente devemos a Hayek a amplitude inédita dada a temas que já faziam parte do fundo original (os que Rougier e Lippmann estabeleceram, sublinhando a importância das regras jurídicas e a necessidade de um ‘Estado forte liberal’).”

estruturado, é claro, segundo a lógica do mercado para assegurar a concorrência. Tal é também a lição de Karl Polanyi (2000) em *A grande transformação* a respeito da economia de mercado do próprio *laissez-faire*.¹² Ou seja, ainda que as abordagens diferenciem-se entre si, com particularidades irreduzíveis, a questão da reestruturação – e não supressão – do Estado é sempre suscitada. “Intervenção neoliberal” é apenas uma aparente *contradictio in adjecto*, circunscrita à crença comum em torno da noção corrente (e ideológica) de “Estado mínimo”, cuja estratégia é não apenas valorizar a dimensão do mercado no governo como também desconstruir redes de proteção social. Nos termos de Peck, Theodore e Brenner (2012, p. 68), o neoliberalismo, em suas variadas formas, “nunca renegou a intervenção do Estado”. Desde 1997, o próprio Banco Mundial sugeriu a transformação da nomenclatura “Estado mínimo” para “Estado melhor”, como observam Dardot e Laval (2016, p. 311), ao tratar do “gerencialismo” como base da gestão e da ação públicas¹³. A questão, observada também – e não exclusivamente – por Wacquant, reside, portanto, na reestruturação estatal e no sentido da sua ação, se orientada pela mão direita (economia) ou pela esquerda (social), para usar expressão do próprio Bourdieu (1998, 2008).

Em vez da análise crítica do neoliberalismo absolutamente segmentada, nota-se, desse modo, também relações de complementaridade. Wendy Brown (2019, p. 32), por exemplo, ao revisar suas obras anteriores, sustenta em seu livro mais atual que uma abordagem consistente do neoliberalismo se dá a partir da fusão de perspectivas aparentemente distintas. É o que a autora de *Nas ruínas do neoliberalismo* realiza a partir da combinação dos estudos da governamentalidade com análises neomarxistas, a fim de compreender como a racionalidade neoliberal pode atuar como condição de possibilidade para a emergência disforme (espécie de consequência não intencional) de forças antidemocráticas nesta segunda década do século XXI. À sua maneira, Christian Laval (2018, p. 19) apresenta ideia semelhante em *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale* quando afirma, evidenciando a qualificação do debate acadêmico e político em torno do neoliberalismo desde os anos 2000, que “as análises foucaultianas, bourdieusianas e marxistas podem se combinar no seio de uma *nova cultura crítica*, sem, no entanto, se confundir em uma síntese imprecisa [grifo nosso]”. Com efeito, tal ideia é explícita desde o propósito do livro do sociólogo francês: nele, trata-se de examinar as relações de diferença e de complementaridade entre as pesquisas inacabadas e temporalmente distantes dos autores de *Nascimento da biopolítica* e de *Contrafogos*. O objetivo, porém, não é defender um, nem incensar o outro, tampouco resumi-los: em vez disso, procura-se analisar e debater seus trabalhos, contextualizando-os no interior de suas próprias obras e trajetórias, para melhor compreender o que esclarecem sobre nossa atualidade. É com tal espírito que o dossiê ora publicado também se apresenta, voltando-se especialmente à racionalidade neoliberal como problema normativo que orienta e sujeita a vida contemporânea em sociedade de diferentes maneiras.

¹² Para Dardot e Laval (2016, p. 19), a leitura do neoliberalismo como racionalidade política “permite refutar análises simplistas em termos de ‘retirada do Estado’ diante do mercado [...]”. Mais uma vez, afirmam os autores, “comprovamos as grandes análises de Marx, Weber e Polanyi segundo as quais o mercado moderno não atua sozinho: ele sempre foi amparado pelo Estado”.

¹³ Palavra de ordem do thatcherismo, o gerencialismo nada mais é do que a implantação de técnicas de gestão empresarial (desempenho, avaliação, vigilância, pressão por resultados, *benchmarking* etc.) no Estado, compreendido, ele próprio, como uma empresa a serviço de empresas (outros Estados, corporações, indivíduos). A esse respeito, ver o “O governo empresarial”, em Dardot e Laval (2016, p. 271-320).

Racionalidade Neoliberal e Processos de Subjetivação Contemporâneos

Não obstante a heterogeneidade e a disputa em torno da definição conceitual de neoliberalismo, como acabamos de ver, parece-nos possível delinear o quadro histórico e intelectual mais amplo do surgimento e da caracterização do neoliberalismo. É o que procuraremos fazer em seguida, de maneira breve, com o intuito de compreender as noções de racionalidade neoliberal e de processos de subjetivação.

O termo neoliberalismo se inscreve, evidentemente, na história contemporânea do capitalismo moderno, a qual, de maneira esquemática, é conhecida. Durante o século XIX, dogmas liberais como liberdade individual, livre comércio, equilíbrio de mercado, direito natural, propriedade privada, predominaram no mundo ocidental. Desde as “crises” na governamentalidade liberal, que compreendem o fim-de-século, procura-se, no entanto, reformar o capitalismo e salvar a sociedade liberal. É de 1926 o ensaio de Keynes (1983) *O fim do “laissez-faire”*. Com efeito, em virtude da recessão econômica decorrente da Grande Depressão e, depois, da devastação causada pelo segundo pós-guerra, o *welfare state* constituiu-se, aos poucos, como alternativa hegemônica para sustentação do capitalismo na maioria dos países ocidentais avançados até os anos 1970. Suas medidas diversas de dogmas liberais – tais como, direitos e proteção aos trabalhadores, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, impostos progressivos sobre renda, nacionalizações – convergem, porém, com a manutenção do princípio liberal das liberdades individuais; tratava-se, desde então, portanto, de um “novo liberalismo”. Contudo, aos regimes de *welfare state*, sucede-se uma série de transformações sociais, econômicas e políticas como reação à crise econômica global dos anos 1970 (crise do petróleo, desindustrialização, estagflação e aumento do desemprego) e também ao excesso de gastos sociais e de controles burocráticos, à inibição da iniciativa e da responsabilidade individual, à facilidade e dependência de benefícios, ao estímulo ao imobilismo e ao não desenvolvimento pessoal, entre outros aspectos que teriam caracterizado o Estado de bem-estar, dispendioso segundo tal apreciação crítica. Provém daí a “virada neoliberal” global¹⁴ e a emergência de um sentido então oposto àquele “novo liberalismo” centrado no Estado social. Tencionava-se, nesse contexto designado então como “neoliberalismo”, refundar o liberalismo mediante determinados princípios como livre comércio, privatização, desregulamentação, desburocratização, tributação regressiva, monetarismo, flexibilização de leis e direitos trabalhistas, antissindicalismo, combate ao funcionalismo público, promoção da iniciativa individual, estímulo à competição, individualização de salários, aversão a coletividades sociais, austeridade fiscal e “ajustes” e reformas estruturais para incentivar agentes econômicos.

Em termos doutrinários, os preceitos do neoliberalismo provêm de três perspectivas teóricas relativamente distintas e elaboradas em contextos específicos: a Escola Austríaca de Economia, representada por Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, o Ordoliberalismo alemão, cujos expoentes são Walter Eucken e Franz Böhm e a Escola de Chicago, influenciada pela tradição austríaca e constituída em torno de economistas laureados com prêmio Nobel como Milton Friedman, George Stigler e Gary Becker. Não obstante suas especificidades, todas as perspectivas insurgiram-se

¹⁴ Sobre a difusão e globalização do neoliberalismo, ver Anderson (1995) e Harvey (2008).

em comum, desde o início, contra princípios básicos do socialismo e do keynesianismo (planificação econômica, coletivismo e proteção social) a fim de combater também quaisquer formações totalitárias (comunismo e fascismo)¹⁵. É válido observar que as críticas neoliberais aos princípios do Estado de bem-estar ocorriam no mesmo período em que o capitalismo ocidental experimentava sua “idade de ouro” nos anos 1950 e 1960 (ANDERSON, 1995; VEGHTE, 2008).

Embora a ascensão e a hegemonia das diferentes formas de neoliberalismo remontem, respectivamente, aos anos 1970 e 1990, enquanto projeto intelectual sua elaboração se inicia, de fato, já nos anos 1930. Emblemáticos, nesse sentido, foram a realização do Colóquio Walter Lippmann em 1938¹⁶, em Paris e, quase dez anos depois, a constituição do coletivo transnacional de pensamento – espécie de “*think tank*” contra a escalada coletivista – denominado Sociedade de Mont-Pelèrin, em alusão à estação suíça onde ocorreu a primeira reunião do grupo de intelectuais neoliberais em 1947. Já no colóquio, a pretensão de “reprogramar” (FOUCAULT, 2008) ou “refundar” (DARDOT; LAVAL, 2016) o liberalismo não se dá de maneira uniforme: de um lado, reivindica-se a tentativa de retomada radical da doutrina econômica clássica do *laissez-faire*, segundo a qual o mercado configura-se como instituição natural autorreguladora (nesta vertente, encontram-se os austríacos Von Mises e Hayek, e os economistas britânico Lionel Robbins e francês Jacques Rueff); de outro lado, estão os intelectuais que defendem a elaboração de uma política econômica liberal dependente do quadro jurídico do Estado para o funcionamento adequado do mercado (são os expoentes do ordoliberalismo alemão e os protagonistas do evento, Louis Rougier e Walter Lippmann)¹⁷.

O propósito do colóquio organizado por Louis Rougier (filósofo francês membro do Círculo de Viena) em homenagem à Walter Lippmann (diplomata, jornalista e ensaísta político norte-americano), porém, imprime o espírito da reconstrução do liberalismo, que difere de sua versão clássica, fundada na crença metafísica no *laissez-faire*. Tratava-se de reformá-lo com base na reestruturação do Estado, capaz então de intervir, de modo artificial e favorável, no desenvolvimento da economia de mercado livre e de obstruir a formação de monopólios. A metáfora do “código de trânsito” utilizada no colóquio soa inequívoca: nem ausência de regras para a circulação totalmente livre (dogma do liberalismo clássico), nem controle

¹⁵ Apesar do propósito, cumpre registrar a conhecida apreciação de Hayek da experiência pioneira do neoliberalismo no Chile sob o governo autoritário do general Augusto Pinochet. Em 1981, o economista austro-americano afirmou ao jornal chileno *El Mercurio*: “Como vocês podem saber, é possível para um ditador governar de forma liberal. E também é possível para uma democracia governar sem liberalismo nenhum. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo” (apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 184). Com efeito, como sustenta Wendy Brown (2005) no ensaio “Neoliberalism and the End of Liberal Democracy”, o neoliberalismo é indiferente à democracia e tende a facilitar a corrosão de seus fundamentos. Da perspectiva neomarxista, Perry Anderson (1995, p. 17) também sublinha a relação prescindível entre neoliberalismo e democracia para os arquitetos da doutrina neoliberal.

¹⁶ Para uma história detalhada do Colóquio, ver Serge Audier (2008); mais sinteticamente, ver Dardot e Laval (2016, p. 71-100).

¹⁷ Como observam Dardot e Laval (2016, p. 76. 100), Hayek e Von Mises desenvolveriam reflexões originais que impedem reduzi-las ao “velho *laissez-faire*”, visto que o primeiro também defenderá, inclusive, um “código de trânsito rígido”, metáfora utilizada no colóquio, conforme apresentamos a seguir. Com efeito, em 1944, poucos anos após o colóquio, em *O caminho da servidão*, seu influente tratado antioletivista, Hayek (2010, p. 42) afirmará que “nada tem sido mais prejudicial à causa liberal do que a obstinada insistência de alguns liberais em certas regras gerais primitivas, sobretudo o princípio do *laissez-faire*”.

absoluto sobre a movimentação (planificação), mas um código estabelecido a partir do qual orientar-se. Como observam Dardot e Laval (2016, p. 80), a metáfora funciona desde então como uma quase assinatura oficial do neoliberalismo. A deficiência do liberalismo clássico, segundo a perspectiva predominante no colóquio, assentar-se-ia, portanto, na incompreensão do aspecto institucional da organização social. Tal ideia significa dizer que, da mesma maneira que a concorrência só é possível mediante a ingerência estatal (“código de trânsito”), a reinvenção do liberalismo deve fundar-se na noção de que a sociedade de mercado é uma construção política, histórica e social, e não um dado da natureza.

Advém daí a noção-chave de que o homem deve igualmente *adaptar-se* à competição como princípio geral para *evoluir* em um ambiente em que a concorrência tende a se tornar a *norma* por excelência das relações sociais¹⁸. É dessa maneira que o neoliberalismo poderá constituir-se lentamente como uma racionalidade global que organiza a vida social como um todo, mais do que apenas doutrina política e econômica, ou mesmo uma ideologia dominante forjada por uma classe instalada também no Estado. Trata-se de uma racionalidade que orienta o cosmos social, à maneira como Max Weber compreende o processo de racionalização no mundo moderno, como explicitam e sustentam Pierre Dardot e Christian Laval na obra cujo título é precisamente *A nova razão do mundo*.

A compreensão do liberalismo e do neoliberalismo como racionalidade política foi inaugurada por Foucault (2004, 2008) em seus estudos sobre o tema e desdobrada mediante análises específicas e diferenciadas de pesquisadores como Robert Castel, Christian Laval, Pierre Dardot, Wendy Brown, Thomas Lemke, Nikolas Rose, Colin Gordon e Thomas Osborne. Tal maneira de referir-se ao neoliberalismo implica compreendê-lo como uma tecnologia de governo de si e dos outros, em que a própria liberdade é mobilizada como técnica e prática de governo. Enquanto racionalidade, o neoliberalismo prescinde da coação externa – trata-se de fazer o indivíduo conduzir-se de determinada maneira como se motivado pelos seus próprios interesses. O próprio desejo é capturado para fazer o indivíduo conduzir-se como um ativo homólogo ao capital, de modo a aperfeiçoar-se e valorizar-se constantemente à espera de resultados ótimos. A injunção ao desempenho de indivíduos (auto) concebidos como empresa em relação com outras empresas (Estado, corporações, indivíduos) denota o caráter ilusório da liberdade constitutiva do conceito neoliberalismo. Com efeito, uma das lições mais contundentes de *Nascimento da biopolítica* consiste em evidenciar o modo estratégico, insidioso e sofisticado da tecnologia de governo neoliberal: conduzir as condutas dos indivíduos a partir de suas próprias racionalidades, que são, contudo, histórica e culturalmente constituídas e normalizadas. Tal qual a noção bourdieusiana de *habitus*, compreendida como orquestração concertada que prescinde de maestro (BOURDIEU, 1983, p. 67), a técnica de governo neoliberal apresenta-se como estratégia sem estrategista, em que o dispositivo de poder opera por meio da

¹⁸ A noção de Walter Lippmann segundo a qual a espécie humana deve *adaptar-se* a um novo ambiente (aberto, instável, acelerado) para poder *evoluir* – conforme as premissas da teoria da evolução darwiniana – constitui uma matriz extremamente relevante do pensamento neoliberal. A esse respeito, ver o livro recente de Barbara Stiegler (2019), que apresenta uma nova genealogia do neoliberalismo a partir do debate entre Walter Lippmann e John Dewey, isto é, entre o neoliberalismo e o pragmatismo norte-americanos, em que o segundo emerge como a primeira crítica filosófica do neoliberalismo.

interiorização, da incorporação e da naturalização de determinados atributos e disposições essenciais (competição, flexibilidade, velocidade, criatividade, inteligência emocional, iniciativa individual, responsabilidade, produtividade, engajamento subjetivo, motivação, capacidade de comunicação, autorrealização etc.). Em outras palavras, a noção de governamentalidade não remete a instituições políticas nem ao comando deliberado de uma classe ou do Estado, mas a atividades e práticas normativas cotidianas que permeiam as relações dos indivíduos com os outros e consigo próprio, o que Foucault notara em seu curso antes mesmo das experiências mais radicais do neoliberalismo, que ajudariam a constituir-lo como uma racionalidade. Em maio de 1981, por exemplo, em entrevista ao jornal *Sunday Times*, Margaret Thatcher enunciou explicitamente: “*Economics are the method; the object is to change the heart and soul.*”¹⁹. É assim que o neoliberalismo se constitui, ao longo dos anos 1980 e 1990, como uma racionalidade que *produz* novos sujeitos e novas subjetividades, isto é, processos de subjetivação específicos²⁰.

Observemos a competição e o desempenho como princípios vitais da normatividade neoliberal cujo efeito constitui um processo de subjetivação específico. Enraizada no tecido social, a competição tornou-se globalizada e generalizada em todos os sentidos, para além do âmbito econômico: ao mesmo tempo em que se difunde mundialmente, em transações internacionais, ela implica, de maneira indistinta, todas as dimensões da vida do indivíduo em sociedade. Motivados pela lógica competitiva absoluta, os indivíduos perseguem os imperativos do desempenho, da mobilidade, da velocidade e da superação constantes como forma de autorrealização, uma vez que seus próprios destinos sociais, dos quais são exclusivamente responsabilizados, segundo os preceitos neoliberais, tornam-se dependentes da qualidade do engajamento em suas atividades. Se no modelo de sociedade fordista e disciplinar a coerção operava de fora (família, escola, caserna, fábrica não cansavam de enunciar a obrigatoriedade do dever: “tu deves”), a racionalidade neoliberal fundamenta-se no princípio “voluntarista” da possibilidade – considerada sempre efetiva – de realização: “eu posso”, “nós podemos”. Supervalorizado, o excesso se torna assim normativo: dormir pouco, expor-se voluntária e ativamente, gozar em demasia, produzir cada vez mais, em uma palavra, superar-se constantemente tendo em vista a realização e transposição de desejos e metas. No próprio Estado, compreendido cada vez mais como empresa mesmo em diferentes áreas de atuação não definidas, *a priori*, por princípios de mercado (universidades, escolas, hospitais, tribunais), a lógica competitiva, que envolve desempenho e avaliação contínua, orienta políticas públicas e institucionais, bem como a conduta de indivíduos atomizados, isolados. A competitividade – tal qual a precariedade, como já assinalamos – constitui uma estratégia eficaz de desconstrução de laços sociais e de solidariedade entre os indivíduos, como sublinhara Bourdieu (1998) já

¹⁹ Entrevista disponível em <https://www.margaretthatcher.org/document/104475>. O excerto da entrevista é mencionado por Dardot e Laval (2016, p. 27, 331) e constitui, com efeito, um axioma de racionalidade neoliberal.

²⁰ Inscrito no quadro da análise neomarxista do neoliberalismo, David Harvey ([2005], 2008, p. 13), após evidenciar instituições-chave que regulam finanças e comércios globais, afirma, em sentido análogo à proposição do neoliberalismo como racionalidade que produz subjetivações: “Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo.” Tal já era também a lição de Foucault (1979, 2008) a propósito do neoliberalismo norte-americano, que constituía, em torno da teoria do capital humano, uma nova maneira de ser, de pensar e de agir. A esse respeito, ver também López-Ruiz (2007).

nos anos 1990. O círculo vicioso causa estarecimento quando constatamos que a racionalidade neoliberal sustenta-se da subjetivação individual que ela própria produz: mantendo sempre evidentes o registro e a contabilidade de resultados cada vez mais otimizados, os indivíduos se tornam, eles mesmos, produtores das normas que os conformam, os avaliam e os sujeitam. O “espírito contábil” delineado por Georg Simmel (2005, p. 580) em conferência de 1903 como característica do homem moderno é levado ao paroxismo pela incorporação radical do modo operatório do capital no humano. “Subjetividades contábeis”, na formulação precisa de Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 31), constituem, com efeito, “a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista”.

Temos condição de afirmar então que a “subjetivação neoliberal” atua em dois sentidos precisos: como modo de produção de existência e sujeição. No primeiro caso, trata-se de constatar que a racionalidade neoliberal realiza a produção em série de indivíduos que incorporam naturalmente como princípios vitais a competição e o desempenho em todas as dimensões da vida. Corolário patente, o segundo sentido (sujeição) indica o fato de que os indivíduos estão submetidos a tal racionalidade sob a ilusão de valores como liberdade, autonomia e autorrealização.

Pouco antes de sua morte, elaborando o conceito de “ontologia do presente”, Foucault (1994a, p. 231-232) afirmou que a tarefa fundamental da análise crítica da atualidade consistia em compreender quem nós somos a fim de recusarmos a condição que nos foi imposta mediante a produção de novas formas de subjetividade. Estudar a racionalidade neoliberal e seus processos de subjetivação contemporâneos é fazer conhecer – primeiro passo para a recusa – o conjunto de valores e práticas que, a um só tempo, nos une e isola. Para tanto, o dossiê que ora publicamos se organiza considerando as matrizes de pensamento que constituem a cultura crítica em torno do neoliberalismo, bem como aspectos mais específicos implicados por sua racionalidade, tais como sofrimento psíquico, regimes de punição e mutações sociotécnicas.

* * *

Na abertura do dossiê, precedendo os artigos selecionados, a contribuição inédita de Christian Laval analisa a subjetivação proveniente da racionalidade neoliberal e a crise dos imaginários dominantes no contexto da pandemia de Covid-19. Ao considerar a falência dos imaginários neoliberal e da soberania na gestão do atual contexto histórico, o sociólogo francês defende a constituição urgente de uma solidariedade comum e vital entre os indivíduos em nível global como forma de superação da crise mundial.

Em “Neoliberalismo e sofrimento psíquico: a psiquiatrização dos padecimentos no âmbito escolar”, primeiro artigo do dossiê, Sandra Caponi e Patricia Kozuchovski Daré empreendem uma análise das formas de subjetividade no capitalismo contemporâneo, marcadas pelo sofrimento e sua psiquiatrização. Com base na obra de Dardot e Laval, as autoras mostram como os neosujeitos ou sujeitos neoliberais são socializados, já na primeira infância, de modo a constituírem-se como capital humano – a educação, dessa perspectiva, é compreendida como investimento que hierarquiza e valoriza esse capital. Dessa maneira, o fracasso não é uma particularidade da vida adulta no mundo do trabalho, mas recai sobre a infância e o processo educativo.

No texto “Neoliberalismo, procesos de subjetivación y mutaciones socio-técnicas: reflexiones a partir de un estudio de caso”, Susana Rita Presta examina como as tecnologias robótica e digital produzem deslocamentos significativos do sujeito trabalhador para o sujeito empreendedor, reconfigurando valores, sentimentos e a vivência do tempo e do espaço, seja em relação ao sentido do trabalho, seja em relação à cotidianidade da vida. O artigo baseia-se em trabalho de campo realizado sobre o projeto de uma ONG argentina que capacita indivíduos em regiões precárias e carentes da zona sul de Buenos Aires.

Em “Entre o *homo oeconomicus* e o *homo criminalis*: neoliberalismo, punição e regimes de subjetivação”, Eduardo Altheman, Alexandre Martins e Pedro Camargos abordam a subjetivação neoliberal no campo da punição e da criminalização, evidenciando a confluência entre neoliberalismo e autoritarismo. Os autores sustentam, com base em exemplos empíricos do Brasil e dos Estados Unidos, a existência de apoio recíproco entre mecanismos neoliberais, disciplinares e soberanos na esfera da punição.

No artigo “O jeito neoliberal no Brasil: compêndio sobre o caráter nacional e a racionalidade neoliberal a partir de Francisco de Oliveira”, Josnei Di Carlo evidencia a crítica ao ensaísmo na sociologia brasileira, o qual procurava interpretar a identidade nacional do país ao mesmo tempo em que o neoliberalismo emergia como modelo teórico universal. Considerando a hegemonia do neoliberalismo também como racionalidade que organiza a vida social desde o final do século XX, o autor analisa a obra de Francisco de Oliveira pós-Plano Real (1994) a fim de mostrar como o sociólogo pernambucano retoma a tradição ensaísta para estudar a especificidade da organização da vida social brasileira a partir da relação entre políticas neoliberais e caráter nacional.

Por fim, em “As armas de Pierre Bourdieu contra o ‘flagelo neoliberal’”, Keila Lucio Carvalho aborda as contribuições do sociólogo francês para a compreensão do neoliberalismo. Embora ele não tenha se dedicado ao estudo teórico sistemático sobre o tema, sua contribuição é notável em muitos de seus textos e em sua prática política, especialmente a partir de 1990. A autora evidencia a contribuição de Bourdieu para o enfrentamento do neoliberalismo mediante a constituição de uma subjetividade de resistência política a partir do seu engajamento como intelectual público.

Na qualidade de organizadores, agradecemos todas as colaborações e, em especial, o acolhimento de nossa proposta pela Equipe Editorial de Mediações – Revista de Ciências Sociais. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. Tradução de Plínio Dentzien. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr. 2019.

AUDIER, Serge. *Le colloque Lippmann: Aux origines du néolibéralisme*. Latresne: Le Bord de l’Eau, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215-223.

- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux: Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néolibérale*. Paris: Raisons d'agir, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. Tradução de Paula Montero. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ed Ática, 1983. p. 46-81.
- BRAND, Ulrich; SEKLER, Nicola. Postneoliberalism: a beginning debat. *Development Dialogue*, Uppsala, Suécia, n. 51, p. 5–211, jan. 2009.
- BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, Pathways. *Global Networks*, London, v.10, n. 2, p. 182-222, abr. 2010.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Tradução de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.
- BROWN, Wendy. Neoliberalism and the end of liberal democracy. In: BROWN, Wendy. *Edgework: critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 37-59.
- CRARY, Jonathan. *Capitalismo tardio e os fins do sono*. Tradução de Joaquim Toledo Junior. São Paulo: Ubu, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Commun: essai sur la revolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2014.
- DUMÉNIL, Gérard; DOMINIQUE, Levy. *A crise do neoliberalismo*. Trad. de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DUMÉNIL, Gérard; DOMINIQUE, Levy. *Crise et sortie de crise: ordres et désordres néolibéraux*. Paris: PUF, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Le sujet et le pouvoir. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994a. p. 222-243.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 15-39.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que les Lumières? In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994b. p. 562-584.
- FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil; Gallimard, 2004.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- KEYNES, John Maynard. O fim do "laissez-faire". In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *Keynes (Economia)*. São Paulo: Ática, 1983. p. 106-126.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale*. Paris: La Découvert, 2018.
- LEMKE, Thomas. The birth of bio-politics: Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-liberal Governmentality. *Economy and Society*, London, v. 30, n. 2, p. 190–207, may. 2001.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

ONG, Aihwa. Neoliberalism as a mobile technology. *Transactions of the Institute of British Geographers*, London, v. 32, p. 3-8, 2007.

ONG, Aihwa. *Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty*. London: Duke University Press, 2006.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza e Maria Cristina Vidal Borba. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 92, p. 59-78, mar. 2012.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Trad. de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Tradução de Leopoldo Waizbord. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005.

STIEGLER, Barbara. *Il faut s'adapter: sur un nouvel impératif politique*. Paris: Gallimard, 2019.

VEGHTE, Benjamin W. Welfare state. In: DARITY JUNIOR, Willian. *International Encyclopedia of social sciences*. 2nd ed. New York: Macmillan Reference USA, 2008. v. 9, p. 67-76.

WACQUANT, Löic. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. Tradução de Renato Aguiar. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set./dez. 2012.

Declaração de Co-Autoria: Ambos os autores declaram ter participado igualmente da redação do artigo de apresentação ao dossiê.

*Minicurrículo dos Autores:

Elton Corbanezi. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: eltonrcorbanezi@gmail.com.

José Miguel Rasia. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1987). Professor Titular da Universidade Federal do Paraná desde 1996. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Diretor da Sociedade Brasileira de Sociologia (2019-2021). E-mail: zecarasia@gmail.com.